

Arcaísmo e colonialidade: estratégias de ocultamento historiográfico do problema da dependência

Marco Antonio Silveira¹

Resumo

O artigo tem por objetivo referir a ocorrência de estratégias de ocultamento de problemas levantados pela teoria da dependência em abordagens como as do livro *O arcaísmo como projeto*, de João Fragoso e Manolo Florentino, e da coletânea *O Antigo Regime nos trópicos*. Por meio de uma avaliação sintética do posicionamento acadêmico e político da teoria da dependência nas décadas de 1960 a 1980, bem como da retomada de análises como as de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e, em especial, de Aníbal Quijano, busca-se mostrar como, desde a década de 1990, a constituição da hegemonia de um novo modelo explicativo relativo ao estudo da América de colonização portuguesa valeu-se de operações historiográficas caracterizadas pela inconsistente desqualificação de um conjunto complexo de autores e reflexões e pela reprodução de concepções conservadoras oriundas da teoria do desenvolvimento.

¹ Doutor em História Social pela USP, professor titular da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É um dos líderes do grupo de pesquisa "Justiça, Administração e Luta Social" e bolsista de produtividade do CNPq.

Palavras-chave:

Teoria da dependência; arcaísmo; colonialidade.

Resumen:

El artículo tiene como objetivo señalar la existencia de estrategias para ocultar los problemas planteados por la teoría de la dependencia en enfoques como los del libro *O arcaísmo como projeto*, de João Fragoso y Manolo Florentino, y de la obra colectiva *O Antigo Regime nos trópicos*. Mediante una evaluación sintética de la posición académica y política de la teoría de la dependencia entre las décadas de 1960 y 1980, así como retomando análisis como los de Fernando Henrique Cardoso y Enzo Faletto —y, en particular, los de Aníbal Quijano—, se busca mostrar cómo, a partir de la década de 1990, la consolidación de la hegemonía de un nuevo modelo explicativo sobre el estudio de la América de colonización portuguesa se valió de operaciones historiográficas caracterizadas por la descalificación inconsistente de un conjunto complejo de autores y reflexiones, y por la reproducción de concepciones conservadoras provenientes de la teoría del desarrollo.

Palabras clave:

Teoría de la dependencia; arcaísmo; colonialidad.

Abstract:

This article aims to highlight how issues raised by dependency theory have been obscured in approaches such as those found in the book *O arcaísmo como projeto* by João Fragoso and Manolo Florentino, and the collection *O Antigo Regime nos trópicos*. Through a concise

assessment of the academic and political standing of dependency theory between the 1960s and 1980s—and by revisiting analyses by Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, and, notably, Aníbal Quijano—the study demonstrates how, since the 1990s, the rise of a new explanatory model for the study of Portuguese-colonized America has relied on historiographical maneuvers characterized by the flawed dismissal of a complex body of authors and ideas, as well as the reproduction of conservative concepts rooted in development theory.

Keywords:

Dependency theory; archaism; coloniality.

A relação entre o posicionamento político dos historiadores e suas convicções teóricas e metodológicas é um problema bastante conhecido, embora nem sempre devidamente considerado. Por exemplo, uma questão espinhosa colocada nos últimos anos nos leva a avaliar que tipo de correspondência haveria entre a defesa da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída para investigar os crimes cometidos pela ditadura, e o conceito de verdade com o qual trabalham os historiadores. Preocupações dessa natureza atraíram, para citar um único caso, o interesse do historiador Carlo Ginzburg em sua crítica a Hayden White (Ginzburg, 2002). Em certa medida, a mesma tensão pode ser pensada a respeito do tema da dependência. É comum que se avalie o golpe de 2016 como o resultado da articulação entre o mercado financeiro, setores empresariais, a grande imprensa e instituições ligadas aos três poderes com o intuito de promover um conjunto de “reformas” econômicas de caráter neoliberal. Estas almejavam desmantelar o serviço público, a seguridade social e as leis trabalhistas com o objetivo de criar as condições para um novo ciclo de concentração de renda, capaz não só de beneficiar os financistas, mas

também de favorecer a inserção das empresas brasileiras num mercado internacional cada vez mais competitivo (Mattos, 2022; Vidal; Brum, 2020). O golpe não se restringe a essa única dimensão, mas não parece haver muita dificuldade em estabelecer vínculos entre tal coalizão classista, a hegemonia do pensamento neoliberal e a dinâmica da chamada globalização. Quando são feitas análises desse tipo, encontram-se ainda presentes conceitos e abordagens propostos pelas teorias da dependência e do sistema-mundo, tão influentes entre as décadas de 1960 e 1980? Se este é o caso, estaríamos nós, como agentes políticos, analisando o presente, ainda que de maneira camuflada, com base em modelos teóricos que, como historiadores, rejeitamos por serem supostamente deterministas, estruturalistas e ultrapassados?

O contraponto entre a atuação política e a historiográfica chama especial atenção quando se retomam as mudanças interpretativas acerca da colonização do Brasil. Como é amplamente sabido, desde a década de 1990 a análise de Fernando Novais (1986) sobre a transferência de excedentes da colônia para a metrópole com vista à realização da acumulação primitiva de capital em certas regiões da Europa – análise tributária da teoria da dependência e da noção de economia-mundo sugerida por Fernand Braudel (1987) – foi sendo deslocada em prol de um modelo interpretativo, geralmente associado a João Fragoso e a António Manuel Hespanha, entre outros historiadores, segundo o qual, sendo a sociedade portuguesa de Antigo Regime caracterizada pela pluralidade de poderes, não caberia pensar num Estado luso centralizado apto a gerir um controle categoricamente imperial. No artigo que escreveu para a coletânea *O Antigo Regime nos trópicos* (Fragoso; Bicalho; Gouvêa, 2001), publicada em 2001, Hespanha finaliza com as seguintes palavras:

Seja como for, parece difícil sustentar, a partir do quadro descrito, a tradicional imagem de um Império centrado, dirigido e drenado unilateralmente pela metrópole. Essa agonia dos enviesamentos imperialistas vai obrigar à revisão de uma grande quantidade de trivialidades pouco consistentes sobre o imperialismo e a exploração

metropolitanos ou a redução das tensões políticas no Brasil colonial à tensão entre a colônia e o reino. O que leva, por sua vez, a exagerar as rupturas da independência (Hespanha, 2001, p. 188).

Tanto as palavras de Hespanha quanto a mencionada coletânea como um todo abriram as portas para o início de um embate encarniçado entre defensores do conceito de Antigo Sistema Colonial, por um lado, e, por outro, da noção de Antigo Regime nos trópicos. O combate foi ainda alimentado pela publicação, no mesmo ano de 2001, da quarta edição revista e ampliada do livro de João Fragoso e Manolo Florentino (2001) intitulado *O arcaísmo como projeto*, onde os autores, retomando trabalhos anteriores, ratificavam a afirmação da existência, na praça do Rio de Janeiro, de um setor mercantil, mas não-capitalista, que, entre 1790 e 1840, teria sido capaz de articular em torno de si mercados regionais da América portuguesa e circuitos de trocas envolvendo a África e o Oriente. Dessa forma, o novo modelo interpretativo que surgia tendia a relativizar a tensão entre metrópole e colônia, questionar a dimensão capitalista das estruturas produtivas e mercantis coloniais, destacar a inexistência ou fragilidade do Estado metropolitano e sublinhar as formas de vinculação e identificação entre os habitantes das duas partes do império.

No final da década de 1980, a abordagem de Novais começava a sofrer com as críticas mais amplas dirigidas ao estruturalismo e ao marxismo. Embora o historiador paulista frisasse que sua perspectiva priorizava alguns aspectos em detrimento de outros, a maneira pela qual descrevia o Antigo Sistema Colonial começava a parecer sistemática demais e incapaz de dar conta da complexidade de um universo cujos meandros iam sendo conhecidos por inúmeros historiadores mergulhados em arquivos. Porém, as palavras de Hespanha citadas acima empobreciam não somente a trajetória de Fernando Novais, como também descartavam com um só golpe uma rica tradição de pensamento constituída em torno da teoria da dependência.² No livro já

² Algumas sínteses sobre o desenvolvimento histórico e teórico da teoria da dependência são encontradas em Kay, 1991; Kay, 1993; Kay, 2006; Santos, 2002; So,

citado, Fragoso e Florentino tomaram rumo parecido quando, ao se proporem a criticar o que chamaram de “escola do sentido da colonização” – inaugurada, segundo os autores, por Caio Prado Jr. e depois seguida por Celso Furtado e pelo próprio Novais –, sublinharam categoricamente seu descompasso:

Não deixa de impressionar a longevidade desses quadros explicativos, tendo em vista a radicalidade das críticas à Teoria da Dependência, a partir dos anos 70, e da rapidez com que o mundo socialista foi varrido do planeta em fins da década de 1980 (Fragoso; Florentino, 2001 p. 25).

A afirmação dos autores, feita num livro cuja primeira edição fora publicada em 1993, isto é, logo após o impeachment de Fernando Collor, sinaliza como, no começo da Nova República, modelos explicativos gestados em grande medida na América Latina iam cedendo lugar ao que se tornou a hegemonia do pensamento neoliberal – ainda que não se deva, evidentemente, estabelecer uma relação direta entre a tese do arcaísmo como projeto e a adoção do neoliberalismo. De toda forma, a “agonia dos enviesamentos imperialistas”, a “grande quantidade de trivialidades”, a “radicalidade das críticas à Teoria da Dependência” e a “rapidez com que o mundo socialista foi varrido do planeta” constituíam expressões que visavam a associar depreciativamente o conceito de Antigo Sistema Colonial aos dependentistas, bem como estes últimos a críticas anti-imperialistas que explicariam o subdesenvolvimento como resultado de causas externas. O efeito de tais críticas é sabido: o número de templos de adoração de Novais diminuiu consideravelmente, enquanto aqueles voltados à adoração de Hespanha e Fragoso multiplicaram-se por todo o país – e isso em meio aos efeitos de proliferação típicos do modelo acadêmico produtivista implementado.

Essas alterações no panteão historiográfico são compreensíveis e não constituem nenhuma novidade. O surgimento de novos problemas

e conceitos, assim como as inovações na pesquisa, tornam as obras de todo historiador, mesmo as do mais qualificado, datadas com o tempo. Além disso, não podem ser ignorados os embates institucionais, que abrangem desde a busca de reconhecimento até a luta por recursos privilegiados. A Nova República foi não só o período de profissionalização acadêmica, como também o de constituição do modelo Capes de avaliação – modelo através do qual universidades tão distintas quanto UFOP e USP são medidas segundo um mesmo e arbitrário estalão de competitividade, sem que se levem efetivamente a sério diferenças cruciais relacionadas à história de cada instituição e ao universo social no qual se insere. Porém, tais aspectos não explicam tudo, já que há também as armadilhas historiográficas. Apesar dos esforços de inúmeros historiadores e das contribuições apresentadas, a vertente explicativa que passa por Hespanha e Fragoso escorou-se numa visão estereotipada da teoria da dependência, ignorando a variedade de suas reflexões e sua capacidade de incorporar críticas.

Não é possível discutir neste artigo os limites e problemas que dizem respeito ao tema da ausência ou fragilidade do Estado durante o Antigo Regime, tese explorada por Hespanha em *As vésperas do Leviathan*, cuja primeira edição é de 1986 (Hespanha, 1994). Basta por hora afirmar que reconhecer o anacronismo de se projetar no Antigo Regime o Estado burocrático do século XIX não é o mesmo que negar a existência de um Estado patrimonialista na época moderna. Aqui, no entanto, interessa apontar três aspectos relacionados à tese do arcaísmo como projeto: a tendência, já mencionada, de estereotipar a teoria da dependência, ignorando diferentes pontos de vista e incorporações críticas; o fato de seus formuladores ou defensores desconhecerem a história das teorias do desenvolvimento; e, dada sua inclinação a descartar toda uma tradição de pensamento, a facilidade com que reproduzem concepções conservadoras. Aliás, vale a pena afirmar desde já que o arcaísmo é uma noção requeitada de perspectivas teoricamente bastante frágeis presentes na teoria do desenvolvimento.

A teoria da dependência emergiu fortemente nos meios intelectuais da agitada década de 1960 como crítica à teoria do desenvolvimento. Apresentando o problema de maneira bem objetiva, é possível afirmar que esta última desdobrou-se em uma perspectiva conservadora e em outra mais à esquerda, havendo visões nuançadas entre ambas. A perspectiva conservadora, tributária da sociologia funcionalista norte-americana, teve como um de seus principais expoentes o economista Walt Whitman Rostow (1916-2003), um anticomunista que atuou como assistente especial de Segurança Nacional do presidente Lyndon Johnson. Sua tese, conhecida como teoria da modernização, era a de que o desenvolvimento dependia da capacidade dos países subdesenvolvidos de percorrerem os diferentes estágios pelos quais os principais países capitalistas haviam passado em sua história. Assim, partindo da condição de sociedade tradicional, percorreriam a fase de pré-condições para a decolagem, a de decolagem propriamente dita (*take-off*), a de maturação e, finalmente, a do consumo de massas. Essa trajetória implicava a gradual superação de uma economia basicamente agrícola com vista à industrialização e à expansão tecnológica.

O pensamento de Rostow, ancorado no contexto da Guerra Fria, tinha por objetivo incorporar o maior número possível de países à economia capitalista, afastando-os da ameaça comunista. Segundo sua abordagem, o desenvolvimento, ao depender da habilidade de cada país de pôr em marcha os diferentes estágios da modernização, consistia num problema fundamentalmente interno. Para usar uma expressão muito comum entre os neoliberais de hoje – defensores de outra versão da teoria do desenvolvimento e da modernização, de teor marcadamente perverso –, era preciso fazer a lição de casa. Por outro lado, a perspectiva à esquerda, elaborada no interior dos partidos comunistas, nutria-se da presença de certa teleologia modernizadora no pensamento de Marx para sugerir, em uma leitura muito pobre da história, que as condições para a revolução socialista só estariam dadas caso os países latino-americanos superassem as formas tradicionais e

alcançassem o capitalismo – daí a defesa da aliança com a burguesia nacional.

Sabe-se que Caio Prado Jr. (1968), em *A revolução brasileira*, criticou duramente a visão etapista que dominava os partidos comunistas no Brasil e no mundo. A teoria da dependência valeu-se desse tipo de crítica, bem como das contribuições de muitos autores que, apresentando-se como neomarxistas – portanto, distintos dos marxistas ancorados na versão etapista – e animados com as revoluções chinesa de 1948 e cubana de 1959, propunham a luta imediata pelo socialismo. Os dependentistas, no decorrer do tempo, dividiram-se quanto a esse ponto, mas nunca deixaram de criticar o marxismo de matriz evolucionista. A teoria do desenvolvimento, além disso, também gerou um outro tipo de perspectiva, que se consolidou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948, e em autores como o argentino Raúl Prebisch (1901-1986) e o brasileiro Celso Furtado (1920-2004). A CEPAL inovava ao propor que o desenvolvimento não podia ser concebido como uma questão meramente quantitativa, mas sim estrutural e histórica, trazendo à tona conceitos como os de centro e periferia e de deterioração dos termos de troca. Seu modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações e na expansão do mercado interno difundiu-se nos meios intelectuais e políticos. Apesar de incorporar em parte seus conceitos e suas análises, valorizando a articulação entre centro e periferia nos modelos explicativos, os dependentistas teceram críticas à CEPAL na medida em que, apesar das inovações, seus autores permaneciam presos ao evolucionismo típico das teorias do desenvolvimento. Para a teoria da dependência, a CEPAL ficara refém de um dualismo estrutural, concebendo a coexistência de setores modernos e setores tradicionais ou arcaicos, assim como a ocorrência de formas transicionais.

Com ou sem razão – não seria possível avaliar este aspecto aqui –, a teoria da dependência, como afirmaram Fragoso e Florentino, foi alvo de inúmeras críticas nas décadas de 1970 e 1980: ela seria muito mais uma ideologia revolucionária do que um conjunto de pressupostos

científicos sólidos; teria assumido um tipo altamente abstrato de reflexão, sem levar em conta as especificidades dos vários países do Terceiro Mundo; adotaria uma visão mais estreitamente econômica, ignorando outras dimensões sociais; teria, em nome das causas externas, negligenciado as dinâmicas internas, a luta de classes e os embates em torno dos Estados, transformando os países subdesenvolvidos em vítimas passivas da dominação (So, 1990). Vale observar, a respeito de tais críticas, dois pontos importantes. O primeiro é que, mesmo se fosse correto afirmar que a teoria da dependência redundou num determinismo externalista – o que é questionável dada a diversidade de seus autores –, ela não deixou de se contrapor ao determinismo internalista presente em boa parte dos teóricos do desenvolvimento. Se estes diziam que os problemas do Terceiro Mundo eram de responsabilidade dos vários países que o compunham, os dependentistas respondiam que não era possível ignorar a maneira como as relações entre centro e periferia se constituíram na história do capitalismo.

O segundo ponto se refere à mencionada diversidade existente no interior da própria teoria da dependência, a qual contribuiu para que ela encaminhasse parte dos problemas indicados. A década de 1960 assistiu ao esgotamento do modelo cepalino de substituição de importações, gerando a tese do estagnacionismo, ou seja, o argumento de que a crise econômica enfrentada pela América Latina naquele contexto demonstrava que, dadas as condições estruturais da dependência da periferia em relação ao centro, o desenvolvimento em alto nível não era possível, restando unicamente, para alguns, a alternativa socialista. No Brasil, a ditadura militar colocou abaixo essa tese ao promover um desenvolvimento industrial considerável nas décadas de 1960 e 1970, ainda que à custa de forte concentração de renda, de desvalorização salarial, de incrível endividamento externo e de hiperinflação – fatores que contribuíram decisivamente para a queda pactuada do regime. Entretanto, a experiência econômica da ditadura reforçou as proposições defendidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo

Faletto em seu influente livro de 1967, intitulado *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (Cardoso; Faletto, 1981).

Para os autores, inseridos no contexto de expansão das multinacionais pelo Terceiro Mundo, a dependência não impedia que ocorresse um desenvolvimento associado. O fato de ambos os termos – dependência e desenvolvimento – aparecerem no título do livro indicava que, a despeito das possíveis contradições, era possível desenvolver-se em condição dependente. A posterior atuação política de Fernando Henrique, especialmente como presidente, nos leva a refletir sobre o que acabou pesando mais na balança dos argumentos: se o sucesso do desenvolvimento dependente e associado ou suas contradições. Seja como for, o debate que Fernando Henrique Cardoso e José Serra travaram contra Ruy Mauro Marini na década de 1970 explicita a questão. Enquanto Marini reafirmava os limites da dependência, dizendo que os produtores brasileiros precisavam adotar políticas de superexploração do trabalho para competir com os congêneres do centro capitalista, Cardoso e Serra acusavam-no de adotar uma postura estagnacionista incapaz de entender que o desenvolvimento podia se dar de maneira associada (Kay, 1989). Teria esse debate no interior da teoria da dependência perdido completamente seu significado?

Sendo ou não válida a tese do desenvolvimento associado, o fato é que o livro de Faletto e Cardoso, bem como muitos dos textos produzidos por este último, procuraram, além de indicar os problemas do etapismo e do dualismo estrutural cepalino, incorporar as críticas que eram feitas à teoria da dependência. Em relação ao dualismo, lê-se em *Dependência e desenvolvimento*:

Essas análises propõem a formulação de modelos ou tipos de formações sociais. Sustenta-se que as sociedades latino-americanas pertenceriam a um tipo estrutural denominado geralmente “sociedade tradicional” e que se está produzindo a passagem a outro tipo de sociedade chamada “moderna”. No curso do processo de mudança social pareceria que, antes de se constituir a sociedade moderna,

forma-se um padrão intermediário, híbrido, que caracteriza as sociedades dos países “em desenvolvimento”. Quando não, formam-se situações estanques entre um setor da sociedade que se moderniza e outros que permanecem arcaicos. Na realidade, metodologicamente, trata-se de uma renovação da velha dicotomia “comunidade-sociedade” em sua formulação clássica em Tonnies (Cardoso; Faletto, 1981, p. 16-7).

Chamando a atenção para a simplificação gerada por esse modelo interpretativo, os autores afirmavam que ele abarcava uma gama infundável de sociedades bastante diferentes entre si, ignorava a complexidade das relações entre grupos e classes e, fundando-se no etapismo, acabava por associar de forma preconceituosa as sociedades modernas ao desenvolvimento e as sociedades tradicionais ao subdesenvolvimento. Clamavam, assim, por uma análise que estabelecesse as “determinações recíprocas” entre as “condições concretas” de caráter estrutural e os “móveis dos movimentos sociais”, isto é, “objetivos, valores, ideologias” (Cardoso; Faletto, 1981, p. 21).

No que dizia respeito à visão externalista, que terminaria por ignorar a dinâmica interna de cada país, Cardoso e Faletto defendiam um outro ponto de vista:

Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relações entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o conceito de dependência utiliza-se como um tipo específico de conceito “causal-significante” – implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado – e não como conceito meramente “mecânico-causal”, que enfatiza a determinação externa, anterior, que posteriormente produziria “consequências” internas (Cardoso; Faletto, 1981, p. 23).

Desse modo, os autores rechaçavam as concepções deterministas, fossem externalistas ou internalistas, sugerindo um tipo de explicação em que externo e interno não se excluía nem estabeleciam uma última

instância. É verdade que aquilo que Cardoso e Faletto diziam sobre a colonização não era animador, já que, com o intento de sublinhar a complexidade experimentada pelos países independentes e subdesenvolvidos, afirmavam que sua situação diferia da “dependência colonial”, sobre a qual era “possível afirmar com propriedade que a história – e, por conseguinte, a mudança – aparece como reflexo do que se passa na metrópole” (Cardoso; Faletto, 1981, p. 30) – comentário que precisaria ser cotejado criticamente com a perspectiva elaborada por Novais. Seja como for, a teoria da dependência estava longe de resumir-se a uma visão externalista, sendo capaz de oferecer modelos de análise bastante positivos para quem desejasse renovar as concepções sobre a sociedade colonial à luz das novas descobertas documentais.

Contudo, Fragoso e Florentino estereotiparam a teoria da dependência, deixando debaixo do tapete abordagens como a de Cardoso e Faletto. Mais ainda, vincularam-na ao dismantelamento do mundo dito socialista, como se os dependentistas pudessem ser automaticamente identificados com regimes totalitários. Como foi dito acima, Fragoso e Florentino se propunham a criticar o que denominavam “escola do sentido da colonização”, a ela associando Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais. A escola historiográfica que desejavam circunscrever, porém, não era nem escola, nem circunscrita. Caio Prado Jr. (1972), apesar do tom categórico adotado na introdução de *Formação do Brasil contemporâneo* – intitulada “Sentido da colonização” – elaborou uma análise bem mais matizada no decorrer do livro. Além disso, apresentou-se como crítico ferrenho do etapismo comunista. Celso Furtado (1971), embora escrevesse sobre a condição colonial em seu *Formação econômica do Brasil*, não poderia ser desvinculado de sua atuação na CEPAL, órgão cujas perspectivas foram duramente criticadas pelo dependentista Fernando Henrique Cardoso, membro, assim como Novais, do grupo que estudou na USP a obra de Karl Marx. Estas e outras nuances e diferenças foram solenemente

ignoradas por Fragoso e Florentino em nome de sua crítica à visão externalista.

É importante indicar três problemas da análise de Fragoso e Florentino que aparecem articulados em seu livro. O primeiro deles consiste no dilema em que se colocam ao identificarem a assim chamada “escola do sentido da colonização” à teoria da dependência, e esta a um suposto determinismo externo. O que resulta dessa operação simplificadora é a necessidade dos autores de negarem a dimensão capitalista do empreendimento colonial, pois, se não o fizessem, não emergiriam como suposta novidade historiográfica. Seria possível argumentar que Fragoso e Florentino recusavam uma abordagem ao estilo de Fernand Braudel (1987; 1996) e Immanuel Wallerstein (2010), que apontavam o século XVI como marco do surgimento do capitalismo. Porém, não foi esta a postura que adotaram, visto que, ao discutirem o arcaísmo da sociedade portuguesa do Antigo Regime, comparando-a com a inglesa, ligaram esta última ao capitalismo. Ou seja, para eles havia capitalismo na época moderna, mas este não atingia a colônia.

O segundo problema advém dessa oposição entre arcaísmo e capitalismo no mundo ibérico. A contribuição efetivamente interessante do livro de Fragoso e Florentino consiste em apontar a existência de um setor mercantil sediado no Rio de Janeiro, capaz de articular circuitos de longa distância que iam do Oriente e da África até os rincões de Minas Gerais. Seria possível aqui seguir a análise braudeliana – de resto presente, ainda que de forma estranha, em todo o livro –, segundo a qual teria havido, do século XVI ao XVIII, três níveis econômicos: a massiva civilização material, vivida no dia-a-dia dos camponeses europeus; a economia de mercado, que vinculava trocas comerciais de curta e média distância; e o capitalismo, que, compondo-se de circuitos de longa distância, demandava maior capacidade de manobra e controle por parte dos grandes negociantes. Em outras palavras, seguindo por esse caminho, os autores concluiriam que, se havia algo efetivamente capitalista na colônia, esse algo passava

justamente pelo setor mercantil do Rio de Janeiro. No entanto, sendo-lhes inadmissível reconhecer a ocorrência de capitalismo na América portuguesa, pois isto os aproximaria perigosamente da ameaçadora visão externalista e circulacionista, os autores realizaram um malabarismo conceitual para manter em pé a noção de arcaísmo.

Para Fragoso e Florentino, enquanto o capitalismo envolve uma reprodução auto-regulável, nas sociedades arcaicas essa auto-regulação seria bloqueada por fatores tradicionais. No caso do Brasil, os setores mercantis e mesmo os grandes produtores, além de esterelizarem o capital na obtenção de sinais de distinção social, viveriam numa economia que não se auto-regulava por ser baseada no domínio de escravizados. Entretanto, o uso do critério da auto-regulação para definir o capitalismo é bastante questionável porque toma como referência uma visão idealizada, evolucionista e liberal do problema: o capitalismo consistiria na hegemonia vitoriosa de uma racionalidade acumuladora e na predominância do trabalho livre. Mais uma vez, os autores poderiam afastar-se de Braudel e Wallerstein e sugerir que o capitalismo só se iniciara no século XIX, mas tal perspectiva não foi assumida nem mesmo por Karl Polanyi (2000), ainda que sua obra discutisse intensamente o tema da auto-regulação. Não foi este, portanto, o caminho adotado. Para Fragoso e Florentino, havia capitalismo na Inglaterra do século XVIII, mas ele não se manifestaria em Portugal ou no Brasil embora todas essas regiões estivessem articuladas por meio de circuitos de longa distância. Era preciso recusar a chamada visão externalista e circulacionista, bem como a transformação do capitalismo no elemento externo cuja capacidade explicativa tenderia a envolver o universo colonial numa estereotipada visão redutora. Rechaçada tal perspectiva, os autores buscaram então uma explicação interna e a encontraram na ideia de arcaísmo. Aqui uma compreensão mais refinada da teoria da dependência talvez os tivesse ajudado.

Fragoso e Florentino não deixariam de recorrer ao clássico debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, no qual o

cerne da discussão estava na definição do foco desencadeador deste último, isto é, se na expansão das atividades mercantis ou nas mudanças das relações de produção. Os autores tenderam a aproximar-se desta última vertente, na qual Robert Brenner desempenhou papel importante. A historiadora Ellen Wood, que sintetizou os termos do debate, também caminhou nessa direção, defendendo que a constituição do capitalismo havia se dado efetivamente na Inglaterra moderna, em seu universo agrário, justamente porque nele, pela primeira vez, a reprodução econômica deixou de depender de elementos extra-econômicos (Wood, 2001). Não é preciso dizer que reflexões análogas estiveram no centro da análise que defendeu a existência de um modo de produção escravista colonial sob o argumento de que a obra de Marx demandava que as sociedades fossem compreendidas a partir das relações de produção. Ademais, tal abordagem tendeu a relativizar o peso do sistema colonial na gestação do capitalismo moderno – hipótese que reapareceria na vereda aberta pela ideia de arcaísmo como projeto.

Ainda assim, um historiador como Jacob Gorender (1923-2013), cuja obra fundava-se em tais pressupostos, não deixou de pensar dialeticamente as relações entre sociedade escravista e expansão capitalista, evitando oposições simplistas entre externo e interno, arcaico e moderno. Ao dar início a um dos capítulos de *O escravismo colonial* (1988), intitulado “A sociedade portuguesa e a expansão ultramarina”, afirmou:

Iniciado no século XV e intensificado no século XVI, ocorre, a partir da Europa Ocidental, um processo de significação histórico-mundial. Este processo desdobra-se nos seguintes aspectos principais:

a – A expansão comercial ultramarina entrelaça todos os continentes e cria, pela primeira vez, o mercado mundial, com uma divisão intercontinental de produção.

b – Inicia-se e desenvolve-se o colonialismo da época moderna, com a subordinação, econômica e política, de áreas dos demais continentes à

Europa Ocidental. Nos continentes subordinados, surgem variadas formas de colonização europeia.

c – A criação do mercado mundial e a exploração colonialista impulsionam a acumulação originária de capital e aceleram a formação do modo de produção capitalista num grupo de países do Ocidente europeu.

d – Pela primeira vez, a história da humanidade torna-se universal (Gorender, 1988, p. 101).

Dentre outros aspectos, chama a atenção no trecho citado a afirmação categórica de que a formação do capitalismo resultara, a um só tempo, da articulação de diferentes modos de produção estruturados tanto na Europa quanto na América, assim como da expansão do mercado mundial, devendo-se compreender os vínculos entre ambos os fenômenos. Nesse sentido, apesar das significativas diferenças teóricas presentes nos pontos de vista adotados por Fernando Novais, Fernando Henrique Cardoso e Jacob Gorender, mantinha-se como crucial a questão de como relacionar capitalismo e escravidão, mercado mundial e sociedade escravista.

Fragoso e Florentino retomaram a perspectiva de Gorender valorizando o fato de este aproximar-se do viés centrado nos “processos de produção” – o qual teria acabado “por gerar algumas das mais contundentes críticas a Caio Prado Jr. e seus seguidores” – e de questionar “a excessiva ênfase dada à transferência do excedente colonial, corolário dos modelos anteriores” (Fragoso; Florentino, 2001, p. 35). Porém, lamentaram que Gorender, ao não conferir a devida importância aos mercados regionais e à atuação de um setor mercantil sediado na própria colônia e voltado ao tráfico de escravizados, tivesse apresentado um modelo marcado pela “persistência de elementos herdados dos quadros por ele criticados, o que está bem claro, por exemplo, em sua análise das flutuações coloniais” (Fragoso; Florentino, 2001, p. 35). A crítica relativa ao peso dos mercados regionais e dos negociantes de cativos cariocas merece destaque por ter se desdobrado

nos aspectos mais importantes das contribuições fornecidas por ambos. Contudo, como se disse, ela não era, pelo menos teoricamente, estranha às análises propostas por alguns dependentistas.

Ellen Wood (2001) criticou o chamado modelo mercantil asseverando que este inclinava-se a uma compreensão do capitalismo como oportunidade, e não como imperativo. Para a autora, havia de se evitar uma leitura segundo a qual o desejo de inserir-se no mercado fosse algo tão natural que bastaria a efetiva eliminação de obstáculos à circulação de mercadorias para a ocorrência da expansão capitalista. Em lugar dessa leitura, Ellen Wood propôs uma interpretação alternativa ancorada na ideia de que a eliminação de fatores extra-econômicos no mundo rural da Inglaterra moderna – representados, por exemplo, pelo esvaziamento da tradição relativa à cobrança de foros – teria lançado os agentes econômicos ao imperativo de um mercado caracterizado pela auto-regulação. Embora seja pertinente a crítica de Ellen Wood a respeito da visão do capitalismo como oportunidade, a ideia de que o imperativo constituiu-se por meio das especificidades do mundo rural inglês e da auto-regulação é questionável. Emmanuel Le Roy Ladurie (1994, p. 23), ao analisar o caso da França, sugere um caminho diferente. Segundo o autor, a constituição de um núcleo demográfico sólido no eixo Paris-Versalhes, marcado também pela presença expressiva da aristocracia e da força do consumo de luxo, gerou uma situação singular:

Paris cria em torno de si os círculos de uma economia-mundo, por impacto ou ricochete do político sobre a produção: tanto que a Bacia Parisiense, na época dos Bourbon, é progressivamente remodelada pela demanda de vinho, lenha, carne e trigo exercida pela capital à margem das explorações agrícolas, por outro lado auto-suficientes.

Nessa análise, torna-se patente o fato de a organização de estruturas potencialmente arcaicas, tais como o Estado patrimonialista e a sociedade de corte, fomentarem a dinâmica do capital em vez de se apresentarem como entraves extra-econômicos. Tal fenômeno revela-se ainda mais acentuado quando se destaca que mesmo as tradicionais

estruturas agrícolas eram capazes, a seu modo, de alimentar a economia-mundo, sendo também por ela alteradas com o tempo. Ou seja, os aspectos arcaicos não precisam ser vistos como parte de um dualismo, mas sim como constituintes de um movimento mais complexo de formação do capitalismo:

Paradoxalmente, quanto mais fraca é a produtividade agrícola, mais numerosas são as explorações rurais atingidas pela demanda centralizada de alimento, bebidas, combustível etc.. É preciso que os cidadãos comam, se vistam, se aqueçam. O primitivismo agrícola não extingue, ao contrário, exacerba, o efeito de mercado, o que quer que pensem disso os nossos eminentes economistas (Ladurie, 1994, p. 24).

Concorde-se ou não com o modelo explicativo de Wood, a noção de imperativo revela-se decisiva, podendo, no entanto, ser aplicada às várias dimensões da economia capitalista em formação. Pode-se pensar em determinada corrente de créditos que, tendo numa das pontas um comerciante sediado na Europa, faz-se sentir como pressão junto ao minerador, agricultor ou mascate de um arraial de Minas Gerais. Esse tipo de exemplo, bastante conhecido pela historiografia, sugere que as relações capitalistas tenderam a atravessar o próprio âmago da sociedade escravista, fazendo os habitantes de diferentes regiões coloniais sentirem na pele a força de uma forma nova de imperativo. Em outras palavras, a própria afirmação da existência de mercados regionais no universo colonial e de um setor mercantil carioca voltado ao tráfico parece corroborar a importância que a escravidão e a colonização tiveram na constituição do imperativo capitalista.

O escravismo, a despeito de suas contradições, não consistiu num corpo estranho ao mercado mundial em expansão ou num arcaísmo que, teimando em frear a auto-regulação por meio do apego a elementos extra-econômicos, impedia o *take-off* da economia brasileira – o escravismo foi, na verdade, constitutivo da formação de um capitalismo cujos imperativos, por sua vez, se faziam sentir na sociedade colonial, fosse material ou simbolicamente. É bastante discutível pensar o capitalismo como um contraponto entre extra-econômico e

puramente econômico, ausência ou presença de auto-regulação, interno e externo, arcaico e moderno, produção e circulação. A questão crucial é entender como todos esses aspectos se articulam produzindo resultados específicos em cada contexto social e histórico. Enfim, é preciso pensar o problema da formação do capitalismo como relação complexa de fenômenos históricos diversos, e não nos termos de uma essência definida pela pureza da auto-regulação. Há de se lembrar que os neoliberais herdeiros da escola austro-americana – e, portanto, seguidores de Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich Hayek (1899-1992) – não se cansam de condenar o “intervencionismo”, ocultando descaradamente que desmontar a seguridade social e desregular as relações de trabalho consistem também em formas pelas quais o Estado intervém na economia e na sociedade, embora os grupos beneficiados sejam outros (Dardot; Laval, 2016). Esta foi, aliás, exatamente a tarefa que Michel Temer começou a realizar ao colocar-se a serviço do golpismo.

Chega-se, enfim, ao terceiro problema da análise de Fragoso e Florentino: a busca de uma explicação interna e a adoção da idéia de arcaísmo recolocam em cena as velhas armadilhas ideológicas atuantes na teoria do desenvolvimento. O arcaísmo é a criação de uma última instância que nos diz o que Rostow dizia à sua maneira: se não há desenvolvimento, isto é amplamente um problema interno. O arcaísmo é também a retomada, para usar os termos de Cardoso e Faletto, do dualismo caracterizado pela oposição entre sociedade tradicional e sociedade moderna – entre Portugal e Inglaterra, entre mundo ibérico e mundo além-Pirineus, entre universo católico e protestante, entre comunidade e sociedade, entre solidariedade mecânica e orgânica. O arcaísmo, por consequência, é ainda um artifício sem consistência que tem por objetivo estabelecer limites rígidos entre a experiência tradicional e o capitalismo – como se a Inglaterra setecentista, por exemplo, estivesse totalmente desligada de obsessões com os sinais de distinção. O arcaísmo é, ademais, um falso projeto supostamente adotado no Brasil imperial, pois, afinal, os grupos dirigentes brasileiros

discutiram intensamente o problema da civilização. Aliás, há de se perguntar se para Fragoso e Florentino houve capitalismo no Brasil antes de 1888, pois a rigor até essa data os escravizados continuariam a atuar como fator extra-econômico a impedir a auto-regulação. Possivelmente a resposta se daria nos termos do dualismo, isto é, com base no argumento de que o setor arcaico escravista vinha sendo superado pelo setor moderno assalariado, havendo entre ambas formas transicionais.

A reprodução do pensamento conservador é muito clara em situações nas quais os fenômenos arcaicos são entendidos como resquícios a serem superados, não o sendo apenas porque determinados grupos dirigentes não conseguem pensar com uma cabeça moderna. Uma interpretação desse tipo dificulta, por exemplo, a compreensão do racismo estrutural, visto que este funda-se não apenas na reprodução de formas de dominação bastante arraigadas na sociedade brasileira, mas também na reprodução do próprio capitalismo. Não é absolutamente indiferente à dinâmica da reprodução do capital que a exploração intensa do trabalho seja justificada por argumentos de natureza racista – e, por isso, também se pode dizer que o racismo é constituinte de um capitalismo cujos imperativos realimentam a desigualdade social. É claro que não se trata de negar a existência de fenômenos arcaicos se estes são entendidos como certa herança nefasta da sociedade colonial. Porém, assim como há uma diferença colossal entre escravizados e escravismo, características arcaicas não podem ser confundidas com arcaísmo – termo, aliás, parcamente definido por Fragoso e Florentino. Quando, em que pese suas diferenças espaço-temporais, são analisados os grupos dirigentes brasileiros estabelecidos desde a Independência, o que se encontra é a busca não pelo arcaísmo, mas sim por uma modernização na qual a inserção na economia capitalista internacional tende a ser acompanhada pela constante reatualização de fenômenos arcaicos herdados do passado colonial. Pensar nesses termos implica recusar dualismos e visões conservadoras acerca do desenvolvimento.

Caso os mecanismos de ocultamento historiográfico não inviabilizem certas discussões, a hipótese do arcaísmo como projeto acabará por ser questionada pelas perspectivas decoloniais. A esse respeito, uma breve retomada de algumas das considerações feitas por Anibal Quijano revela-se interessante porque, além da importância de seu conceito de colonialidade, o autor, embora atuasse junto à CEPAL, foi um dos importantes críticos ligados à teoria da dependência. Em artigo de 1992, Quijano faz referência a “discriminações sociais” produzidas pela “estrutura colonial de poder”, as quais posteriormente foram classificadas como “raciais” ou “étnicas”. Findo o colonialismo, a colonialidade, isto é, a reprodução de tais “construções subjetivas” resultantes da “dominação colonial pelos europeus”, tornou-se “o marco da estrutura de poder dentro da qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental”.³ Em suas palavras:

Com efeito, se se observam as linhas principais da exploração e da dominação social em escala global, as linhas matrizes do poder mundial atual, sua distribuição de recursos e de trabalho entre a população do mundo, é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados, são exatamente os membros das “raças”, das “etnias” ou das “nações” em que foram categorizadas as populações colonizadas no processo de formação desse poder mundial, desde a conquista da América em diante (Quijano, 1992, p. 12).

Ou seja, os elementos que se poderia chamar de arcaicos não constituem simplesmente o modo de pensar e agir dos grupos dirigentes deste ou daquele país latino-americano, sendo de fato constitutivos da própria dinâmica capitalista em escala global. Tal visão nada tem de exteriorista, como gostam de dizer os críticos ao estilo de Frago e Florentino. Pelo contrário, a colonialidade pressupõe um movimento histórico que, reduzindo a diversidade das populações da América e da África a categorias redutoras tais como “índio” e “negro”,

³ Todos os trechos aqui citados resultam de tradução do autor deste artigo.

também as inseriu numa noção de tempo pretensamente universal, na qual aparecem como o primitivo, o tradicional, o arcaico ou o inferior:

Da mesma maneira, não obstante o colonialismo político tenha sido eliminado, a relação entre a cultura europeia, chamada também “ocidental”, e as outras continua sendo uma relação de dominação colonial. Não se trata somente de uma subordinação das outras culturas em relação à europeia, em uma relação exterior. Trata-se de uma colonização das outras culturas, ainda que sem dúvida em diferente intensidade e profundidade segundo os casos. Consiste, em primeiro lugar, em uma colonização do imaginário dos dominados. Isto é, atua na interioridade desse imaginário. Em certa medida, é parte dele (Quijano, 1992, p. 12).

Para Quijano, a elaboração de “uma lógica histórica única para a totalidade histórica”, bem como de “uma racionalidade que consistia na sujeição de cada parte a essa lógica única da totalidade”, teve como consequência a concepção de “um continuum evolutivo do primitivo ao civilizado, do tradicional ao moderno, do selvagem ao racional, do pré-capitalismo ao capitalismo etc.”, a Europa emergindo “como espelho do futuro de todas as demais sociedades e culturas, como o modo avançado da história de toda a espécie” (Quijano, 1992, p. 18). Em que pese sua preocupação de afastar-se de leituras eurocêntricas e preconceituosas, pode-se dizer que Fragoso e Florentino foram capturados pelo potencial narcísico desse espelhamento – isto para não falar da orientação claramente eurocêntrica da expressão “Antigo Regime nos trópicos”. Vale, pois, destacar a seguinte afirmação do pensador peruano:

É a instrumentalização da razão pelo poder, colonial em primeiro lugar, que produziu paradigmas distorcidos de conhecimento e fez malograr as promessas libertadoras da modernidade. A alternativa, consequentemente, é clara: a destruição da colonialidade do poder mundial” (Quijano, 1992, p. 19).

Não se pode negar que a perspectiva decolonial coloca questões complexas que demandam reflexão aprofundada e cuidadosa. Pode-se

citar de passagem aqui duas delas. De um lado, há de se mencionar que a própria crítica à colonialidade é tributária de pensamentos de matriz europeia e, por essa razão, Quijano sugere a descolonização de certas abordagens, e não seu rechaço completo. De outro, é preciso analisar como a valorização de pensamentos de matrizes culturais variadas pode não apenas fazê-los dialogar entre si, como também afastá-los da contaminação negacionista que assola as próprias formas hegemônicas – questão que se tornou bastante urgente em razão da recente ascensão do neofascismo. Contudo, e a despeito dos desafios teóricos colocados pela perspectiva decolonial, deve-se sublinhar, como indica um outro artigo datado de 2000, o fato de a análise de Aníbal Quijano, sem tornar-se refém de certas leituras marxistas, superar visões etapistas e dualistas na caracterização do capitalismo. Para o autor, durante a “constituição histórica da América”, articularam-se, em torno da “relação capital-salário” e do “mercado mundial”, “formas de controle e de exploração do trabalho”, bem como da “produção-apropriação-distribuição de produtos”, tais como a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil e a reciprocidade. Dessa forma, constituiu-se um “novo padrão de poder”:

Na medida em que aquela estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos consistia na articulação conjunta de todas as respectivas formas historicamente conhecidas, se estabelecia, pela primeira vez na história conhecida, um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E enquanto se constituía em torno e em função do capital, seu caráter de conjunto se estabelecia também com um caráter capitalista. Desse modo, se estabelecia uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial (Quijano, 2000, p. 204).

Dessa maneira, em vez de a relação entre o arcaico e o moderno ser pensada como linearidade temporal caracterizada pelo etapismo eurocêntrico, é concebida como conjunto histórico-estrutural que, definido pela heterogeneidade, explica a formação e o desenvolvimento de um capitalismo fundado em “sistemática divisão racial do trabalho”

(Quijano, 2000, p. 204). É isso que explica por que uma sociedade escravista como a estabelecida na chamada América portuguesa tornou-se constitutiva do capitalismo – constatação que, apesar de suas diferenças teóricas, era compartilhada por autores como Fernando Novais e Jacob Gorender. Não há nada de externalista no fato de se conceber certas sociedades na América como fundamentalmente coloniais e escravistas, embora perpassadas pela dinâmica capitalista. O externalismo e o eurocentrismo acham-se, na verdade, na afirmação de que tais sociedades consistiriam numa versão específica do Antigo Regime europeu. E, no entanto, há um quarto de século são poucos os que se propõem a criticar seriamente a predominância de uma vertente historiográfica que, apesar de suas contribuições, mantém-se com o olhar fixo no mesmo espelho para o qual olham magnetizados os grupos dirigentes brasileiros enfeitiçados pelo discurso neoliberal. Não seria o caso de caracterizá-la, a despeito de suas boas intenções, como potencialmente conservadora?

Para Aníbal Quijano – que, mencione-se, exilou-se no México durante a ditadura peruana de 1968-1980 –, “o capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado” (Quijano, 2000, p. 208). Observe-se que tal perspectiva não parece mostrar-se propriamente avessa aos estudos que destacam as formas pelas quais as instituições portuguesas foram apropriadas na América, visto que abordagens desse tipo tendem a ratificar a ocorrência sistemática de estratégias eurocêntricas. Ou seja, os historiadores não precisam desqualificar toda uma tradição latino-americana de pensamento, definindo-a como refém de “enviesamentos imperialistas”, com o intuito de incorporar novas perspectivas – e isso sem prejuízo das diferenças teóricas. O problema ocorre quando a adoração vem antes da crítica ou ocupa seu lugar. Seria mais seguro levar a sério as razões geradoras de um pensamento latino-americano que foi bastante respeitado academicamente no mundo, bem como a complexidade de suas análises. Homogeneizá-lo e desqualificá-lo sem cerimônia alguma pode ter sido útil para grupos envolvidos nos embates de poder do

campo historiográfico, mas em nada contribuiu para o debate intelectual e a formação das novas gerações. Como lembrou Quijano, o “debate sobre a questão do desenvolvimento-subdesenvolvimento”, por muito tempo dominado por uma “teoria da modernização” calcada na ideia de que esta “implica necessariamente a ocidentalização das sociedades e das culturas não-europeias”, acabou por gerar argumentos críticos segundo os quais “a modernidade é um fenômeno de todas as culturas, não somente da europeia ou ocidental” (Quijano, 2000, p. 212). Assim, o injustificado desprezo pela teoria da dependência foi pago com a mesma moeda utilizada para alimentar espelhamentos eurocêntricos.

Em vista do enraizamento desse desprezo, é importante, a despeito da possível redundância, citar o seguinte trecho do artigo escrito por Quijano há duas décadas:

Antes de tudo, a teoria de uma sequência histórica unilinear e universalmente válida entre as formas conhecidas de trabalho, que foram também conceitualizadas como relações ou modos de produção, especialmente entre capital e pré-capital, precisa ser, pelo menos em relação à América, aberta novamente como questão maior do debate científico-social contemporâneo.

Do ponto de vista eurocêntrico, reciprocidade, escravidão, servidão e produção mercantil independente são todas percebidas como uma sequência histórica prévia à mercantilização da força de trabalho. São pré-capital. E são consideradas não só como diferentes, senão como radicalmente incompatíveis com o capital. O fato é, contudo, que na América elas não emergiram numa sequência histórica unilinear; nenhuma delas foi uma mera extensão de antigas formas pré-capitalistas, nem foram tampouco incompatíveis com o capital.

Na América a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada como mercadoria para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo. O mesmo com a servidão imposta aos índios, inclusive a redefinição das instituições da reciprocidade, para servir aos mesmos fins, isto é, para produzir mercadorias para o mercado mundial. E,

enfim, a produção mercantil independente foi estabelecida e expandida para os mesmos propósitos (Quijano, 2000, p. 219).

Embora não seja este o objetivo do autor, não é difícil perceber como questões relativas à constituição de mercados regionais ou de grupos mercantis sediados na própria colônia poderiam ser abordadas e desenvolvidas nos termos acima propostos. Nenhum dos dois fenômenos é capaz, no que concerne à coerência do modelo explicativo, de pôr em xeque a importância do colonialismo, o peso do viés eurocêntrico em sua constituição ou a relação entre a dinâmica capitalista e as ditas formas arcaicas. Colocar o problema nesses termos implica reconhecer algo fundamental tanto para o passado colonial quanto para os dias de hoje: “o processo de mudança dessa totalidade capitalista não pode, de nenhum modo, ser uma transformação homogênea e contínua do sistema inteiro, nem tampouco de cada um de seus componentes maiores” (Quijano, 2000, p. 223). Tal afirmação explicita que a relação do capitalismo com as várias sociedades com as quais se articula tem de ser compreendida como uma complexa tensão entre dinâmicas internas e externas. Mais uma vez, o externalismo atribuído por Frago e Florentino à teoria da dependência revela-se conversa para boi dormir e acalanto para ovelhas adorarem o pastor.

Na verdade, há em Aníbal Quijano uma conhecida crítica da teoria da dependência à CEPAL: no primeiro caso, está-se falando de dependência histórico-estrutural; no segundo, de dependência externa. Há, nesse sentido, uma distinção entre dependência e subordinação, esta última, articulada ao modo como se deu a industrialização na América Latina, tendo resultado daquela. Ou seja, uma vez que os capitalistas latino-americanos tornaram-se dependentes por meio da identificação com os europeus e da manutenção da colonialidade, acabaram mais tarde por promover uma industrialização que colocou seus países em posição de subordinação:

A dependência dos senhores capitalistas não provinha da subordinação nacional. Esta foi, pelo contrário, a consequência da comunidade de interesses raciais. Estamos tratando aqui do conceito de dependência

histórico-estrutural, que é muito diferente das propostas nacionalistas da dependência externa ou estrutural. A subordinação veio mais adiante, precisamente devido à dependência, e não o inverso [...]. Este foi o início do peculiar caminho latino-americano de industrialização dependente: a substituição dos bens importados para o consumo ostensivo dos senhores e de seus pequenos grupos médios associados por produtos locais destinados a esse consumo. Para essa finalidade não era necessário reorganizar globalmente as economias locais, assalariar massivamente os trabalhadores, nem produzir tecnologia própria. A industrialização através da substituição de importações é, na América Latina, um caso diáfano das implicações da colonialidade do poder (Quijano, 2000, p. 236).⁴

Eis um decisivo argumento do autor: é a reprodução da colonialidade que gera a subordinação no mundo globalizado. Ou seja, não se trata de uma simples visão externalista a explicar a subordinação, mas sim de uma análise voltada aos conflitos internos oriundos da colonialidade e que lhes confere papel decisivo na compreensão das relações entre centro e periferia. Mencione-se, aliás, que o trecho citado remete a nota na qual o autor refere-se a um texto seu publicado em coletânea organizada por Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort em 1967 (Quijano, 1967). Se Fragoso e Florentino desejavam discutir seriamente o modo como as relações entre mercado mundial e sociedade escravista haviam se dado na América de colonização portuguesa, tinham à disposição não apenas as análises dos mencionados autores brasileiros e de Aníbal Quijano, mas também toda uma tradição de pensamento latino-americana que havia gerado produções expressivas. Deve-se ressaltar que, em parte, o conjunto de fenômenos sociais que Fragoso e Florentino procuraram abarcar com sua hipótese do arcaísmo como projeto havia sido tratado por Quijano nos termos do conceito de colonialidade do poder.

O golpe contra Dilma Rousseff resultou da articulação de interesses tão distintos quanto a ação de instâncias administrativas e

⁴ Na passagem citada, a palavra “siervos” foi traduzida por “trabalhadores”.

policiais dos Estados Unidos junto à Lava Jato para desestruturar objetivos autonomistas fomentados no Brasil, a preocupação de empresários nacionais com o barateamento da mão de obra, o desejo do capital financeiro de capturar empresas estatais como a Petrobras e o caráter potencialmente neofascista de parte da sociedade brasileira (Caldeira Neto, 2022; 2025). Nenhum desses fenômenos, contudo, pode ser desligado da dinâmica do neoliberalismo, o qual, vale lembrar, não consiste unicamente numa forma de organizar a economia mundial, mas também num conjunto de estratégias de subjetivação (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2021). Nenhum analista sério se proporia a compreender o golpe sem considerar os complexos modos pelos quais, na derrubada de Dilma, foram tecidas as relações entre a dinâmica capitalista, pressões externas variadas e as profundas contradições da sociedade brasileira. O golpe de 2016 não foi a vitória de um projeto arcaísta, mas sim um novo investimento modernizador dos grupos dirigentes, o qual se valeu do desgaste das instituições democráticas estimulado por um neoliberalismo que esvaziou a ação política e criou condições para a emergência do neofascismo. É exatamente por essa razão que a chamada guerra cultural adquiriu enorme relevância: hoje, mais do que nunca, opor-se ao racismo significa lutar contra os esforços que visam a reatualizar uma herança arcaica em prol de projetos modernizadores cujo horizonte é a própria destruição da experiência humana. Os historiadores devem saber de que lado estão.

Referências

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 3 v..

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CALDEIRA NETO, Odilon. O neofascismo no Brasil, do local ao global? *Esboços*, v. 29, n. 52, p. 599-619, set./dez. 2022.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Neofascism and the far right in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840. 4ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 11ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. História, retórica, prova. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia.das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1988.

HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. Londres: Routledge Kegan & Paul, 1989.

KAY, Cristóbal. Reflections on the Latin American contribution to development theory. *Development and change*, v. 22, p. 31-68, 1991.

KAY, Cristóbal. For a renewal of development studies: Latin American theories and neoliberalism in the era of structural adjustment. *Third World Quarterly*, v. 14, n. 4, p. 691-702, nov. 1993.

KAY, Cristóbal. André Gunder Frank (1929-2005): pionero de la teoría de la dependencia y mundialización. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 68, n. 1, p. 181-90, jan./mar. 2006.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado monárquico*. França, 1460-1610. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro. Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. *Relações Internacionais*, mar. 2022, p.25-39.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens da nossa época. 2ª ed. Tradução de Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUIJANO, Aníbal. Urbanización, cambio social y dependencia. In: CARDOSO, Fernando Henrique; WEFFORT, Francisco (ed.). *América Latina*. Ensayos de interpretación sociológica. Santiago do Chile: Editorial Universitaria, 1967.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber y ciencias sociales*. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, Theotonio dos. *Teoria da dependência*. Balanço e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2002.

SO, Alvin Y. *Social change and development*. California: SAGE, 1990.

VIDAL, Camila Feix; BRUM, Luan Correa. Por uma outra forma de (re)pensar as Relações Internacionais: hegemonia e criação de consenso. *Conjuntura Austral*, v. 11, n. 58, out./dez. 2020, p. 109-121.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial*. Tradução de Pilar López Máñez. 2ª ed. Madri: Siglo XXI, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.